

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.344 - RJ (2019/0302885-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CLEIA MARIA SANT ANA KLEINUBING
AGRAVANTE : ERNANI KLEINUBING
ADVOGADOS : JOSÉ LUÍS MONTEIRO BORGES - RJ023370
LUIZ EDUARDO COELHO WEAVER - RJ030179
FÁBIO LUÍS PÓVOA BORGES - RJ160837
PRISCILA PÓVOA BORGES - RJ161059
AGRAVADO : RENATA MARIA CEBRIAN LEITE
ADVOGADO : ANDREA MENDONÇA DE ALBUQUERQUE PEREZ - RJ112817
INTERES. : GUIDO ANTÔNIO COUTO MACIEL - ESPÓLIO
REPR. POR : GUY CATRAMBY MACIEL - INVENTARIANTE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : PAULO CESAR BAPTISTA LINHARES
ADVOGADO : ANDREA MENDONÇA DE ALBUQUERQUE PEREZ - RJ112817

DECISÃO

Trata-se de agravo de CLEIA MARIA SANT ANA KLEINUBING e OUTRO contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO DE REJEIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO. INCONFORMISMO MANIFESTADO PELOS EXECUTADOS.

1- Nos termos do art. 520, do CPC/15, o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo". Assim, nada obsta aos exequentes que promovam o cumprimento provisório, desde que, em se tratando de obrigação de pagar quantia certa, se responsabilizem por eventuais danos decorrentes de uma reforma do julgado e prestem caução adequada;

2- Destaque-se que, caso os executados desejassem impedir a deflagração do cumprimento provisório, deveriam ter requerido o efeito suspensivo aos seus recursos perante o órgão competente, no caso ao Tribunal ad quem ou ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal recorrido, nos termos do art. 1.029, §5º, do CPC/15;

3- Deixa-se de apreciar a alegação de irregularidade na planilha apresentada pelo exequente por excesso de execução, porquanto, nos termos do art. 525, §§4º e 5º, do CPC/15, caberia ao ora

agravante indicar, fundamentadamente, o valor que entende devido;

4- Por fim, quanto ao benefício de ordem alegado, a decisão agravada consigna que os executados são devedores solidários, o que faculta ao exequente, ora agravado, mover sua execução em face de qualquer deles, nos termos do art. 275, do CC/02;

5- Decisão mantida. Recurso desprovido." (e-STJ fl. 24)."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 36/40)

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam, de início, ser imperioso o julgamento prévio do ARESP nº 567738/RJ, interposto contra o acórdão que julgou o processo de conhecimento, em decorrência da possibilidade de prejudicialidade em relação ao presente recurso, originário de agravo de instrumento interposto em sede de cumprimento provisório de sentença.

Alegam, ainda, contrariedade aos seguintes dispositivos: 1) artigo 821, do Código Civil, sob o fundamento de que não possuem bens para lastrar a execução, de modo que o prosseguimento da execução deveria se voltar aos outros réus, com melhores condições para satisfazer o crédito; 2) artigo 515, I, do CPC, por ser a planilha apresentada pelo exequente imprestável, eis que destituída de provas, sendo cálculos unilaterais; 3) artigo 525, III, do CPC, porque o título judicial é inexigível, por não ter havido ainda o trânsito em julgado no processo de conhecimento e 4) artigo 1.022, II, do CPC, porque o acórdão não supriu omissão dos pontos ou questões que deveriam ter sido julgados pelo tribunal *a quo*, ficando incompleta a prestação jurisdicional.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl. 170)

É o relatório. Decido.

De início, Em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC, verifica-se que o recorrente fez apenas alegação genérica de sua vulneração, apresentando uma fundamentação deficiente que impede a exata compreensão da controvérsia. Incide, na hipótese, a Súmula 284/STF. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA EMBARGADA.

1. A alegação de afronta ao artigo 1.022 do CPC/15 se deu de forma genérica, circunstância impeditiva do conhecimento do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial, no ponto, pela deficiência na fundamentação. Aplicação da Súmula 284 do STF, por analogia.

2. Para derruir a conclusão da Corte local acerca da nulidade da execução seria necessário reexaminar cláusula do contrato entabulado entre as partes e o acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante a incidência das Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Evidente a deficiência na fundamentação do apelo extremo, pois apresenta razões dissociadas do que foi decidido pelo acórdão recorrido, circunstância atrativa da Súmula 284/STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1345876/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 21/11/2019)

Com relação ao pleito de julgamento prévio do ARESP nº 567.738/RJ, interposto contra a acórdão que julgou o processo de conhecimento, em decorrência da possibilidade de prejudicialidade em relação ao presente recurso, originário de agravo de instrumento interposto em sede de cumprimento provisório de sentença, tem-se que o referido recurso foi julgado em 16/08/2018, quando não foi não conhecido, com trânsito em julgado certificado em 10/09/2018 e baixa definitiva para o TJ/RJna mesma data.

Quanto à alegação de que não possuem bens para lastrar a execução, de modo que o prosseguimento da execução deveria se voltar aos outros réus, com melhores condições para satisfazer o crédito, a Corte de origem decidiu:

"Por fim, quanto ao benefício de ordem alegado, a decisão agravada consigna que os executados são devedores solidários, o que faculta ao exequente, ora agravado, mover sua execução em face de qualquer deles, nos termos do art. 275, do CC/02, destacando-se, a título de ilustração, clássico precedente do STJ no sentido da presente fundamentação:" (e-STJ fl. 28)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. CÉDULA RURAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte tem decidido reiteradamente não se justificar o deslocamento da competência do feito e remessa dos autos à

Justiça Federal, quando nenhum dos entes indicados no inciso I do art. 109 da Constituição Federal integram a lide, sendo, pois, competente a Justiça Estadual para o julgamento da demanda, quando figura como parte apenas o Banco do Brasil com instituição financeira que celebrou a avença com a parte.

2. Reconhecida a solidariedade entre União, Banco Central e o banco agravante, é possível o direcionamento do cumprimento provisório a qualquer um dos devedores solidários. É possível que a parte persiga seu crédito contra a instituição financeira com quem celebrou a avença, desde que não haja qualquer prova nos autos sobre a noticiada transferência do crédito à União.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1309643/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MODIFICAÇÃO DO QUANTUM FIXADO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. SÚMULA N. 7/STJ. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO DO DÉBITO REMANESCENTE RECONHECIDO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO E DO VALOR DAS ASTREINTES. PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 275 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E NÃO DO ART. 257 DO MESMO DIPLOMA.

1. Afasta-se a alegada negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão recorrido, integrado por julgado proferido em embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. Afastar as conclusões do Tribunal de origem acerca da exorbitância e da proporcionalidade do valor fixado a título de astreintes demanda a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula n.

7/STJ.

3. O valor da multa cominatória prevista no art. 461 do CPC/1973 pode ser alterado pelo magistrado a qualquer tempo, quando reconhece ser irrisório ou exorbitante, não ocorrendo a preclusão da matéria nem ofensa à coisa julgada.

4. O art. 475-J do CPC/1973 prevê o prazo de 15 (quinze) dias para a impugnação ao cumprimento de sentença. Se o executado não concorda com os cálculos apresentados pelo exequente quanto ao débito remanescente ou ao valor devido a título de multa

imposta pelo descumprimento de obrigação de fazer, cabe a ele impugná-los, nos termos do § 1º do mesmo preceito legal, desde que não o faça por meio de mera petição formulada no bojo do procedimento executivo e não objetive atacar matéria preclusa.

5. O devedor solidário responde pela totalidade da dívida; por essa razão, cabe ao credor escolher contra quem pretende litigar, consoante o disposto no art. 275 do Código Civil de 2002, ainda que a obrigação seja divisível, não se impondo a aplicação do art. 257 do mesmo diploma legal.

*6. Recursos especiais parcialmente conhecidos e desprovidos.
(REsp 1601576/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016)*

Quanto à ofensa ao artigo 515, I, do CPC, por ser a planilha apresentada pelo exequente imprestável, eis que destituída de provas, sendo cálculos unilaterais, constou no acórdão:

"No tocante à planilha apresentada e ora impugnada, se afigura correto o juízo ao consignar em sua decisão que aquela se apresenta amparada por título judicial e discrimina cada um dos elementos da condenação e a sua devida atualização, apontando a quantia certa que deverá ser executada, motivo pelo qual, caso entendesse o agravante pelo excesso de execução, deveria ter apresentado, fundamentadamente, os valores que entende devidos." (e-STJ fl. 27)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. LAUDO PERICIAL. VERACIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. Reapreciar a conclusão do aresto impugnado, no sentido de não

haver elementos convincentes para afastar a veracidade da planilha de débito confeccionada pelo perito judicial, encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1175257/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)

Por fim, quanto à ofensa ao artigo 525, III, do CPC, porque o título judicial é inexigível, por não ter havido ainda o trânsito em julgado no processo de conhecimento, cumpre destacar que, como visto acima, o recurso interposto no processo de conhecimento não foi conhecido por esta Corte Superior, tendo a referida decisão transitado em 10/09/2018, de modo que não mais se trata de cumprimento provisório de sentença.

De qualquer sorte, ainda que se tratasse de cumprimento provisório, não seria caso de provimento do recurso.

A Corte de origem assim decidiu sobre o tema:

" Conforme destacado em sede de decisão liminar, não há qualquer impeditivo em se deflagrar o Cumprimento Provisório de Sentença na pendência de Recurso interposto ao qual não foi concedido efeito suspensivo, desde que atendidos os requisitos legais.

Deve-se, neste sentido, destacar que o referido pedido deverá ser apresentado ao Tribunal ad quem, ou ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal recorrido, nos termos do art. 1.029 do vigente CPC, abaixo transcrito:

(...)

Assim, nada obsta a promoção do Cumprimento Provisório de Sentença pelo exequente, nos termos consignados pelo art. 520 do CPC/15 ("O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo"), não assistindo razão ao agravante em sua manifestação." (e-STJ fl. 25/26)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DE PROCEDÊNCIA EM AÇÃO RESCISÓRIA EXECUTADO

PROVISORIAMENTE. INEXISTÊNCIA DE PERIGO DE DANO IMEDIATO E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. AUSENTE A APARÊNCIA DO BOM DIREITO.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial é medida excepcional, contrária a expressa disposição do sistema processual (CPC, art. 497; Lei n. 8.038/1990, art. 27, § 2º), só se justificando diante de inequívoco risco de dano irreparável e sob o pálio de relevantes argumentos jurídicos.

2. No caso concreto, a requerente não demonstrou a existência dos requisitos autorizadores do excepcional provimento acautelatório almejado.

3. Na hipótese, não existe, por enquanto, nenhum perigo concreto de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), porque a decisão prolatada na execução provisória não determinou a penhora de valores tampouco autorizou seu levantamento. Com efeito, referida decisão inclusive afastou a possibilidade de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC para o caso de não pagamento voluntário da dívida no prazo assinalado.

4. Ausente a aparência do bom direito (*fumus boni iuris*), porque a propositura e o processamento de execução provisória constitui situação absolutamente compatível com o sistema jurídico nacional.

Ainda quando se admita a probabilidade de êxito do recurso especial interposto contra a sentença, nem por isso deixa de ser legítima a propositura da execução provisória correspondente. Com efeito, o legislador não ignorava a possibilidade de muitas decisões virem a ser reformadas e até mesmo anuladas em grau recursal. Bem por isso, criou mecanismos de contracautela específicos como a necessidade de caução para o levantamento de valores ou para a prática de atos que importem em alienação de propriedade (art. 475-O, III, do CPC).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 23.500/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator